

## A FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Daniela da Silva Azevedo<sup>1</sup>  
Juliane dos Santos e Silva<sup>2</sup>  
Raimundo Márcio Mota de Castro<sup>3</sup>  
Renato Gomes Vieira<sup>4</sup>

### Resumo

O trabalho docente passou por inúmeras transformações ao longo dos anos, pois, se antes possuía características eclesiais voltadas para a vocação e dedicação extremadas, passou, depois, por um processo de estatização e funcionarização que vigora até os dias atuais. Passou, também, a ser considerada uma atividade feminina no século XIX, concepção que chegou à culminância no século XX. Esta pesquisa qualitativa e bibliográfica quer entender os motivos e as causas que contribuíram para essa transformação por que passou a profissão, examinando as relações de gênero, bem como as relações sociais, econômicas e históricas envolvidas neste processo.

### Introdução

As primeiras escolas modernas surgiram em decorrência da preocupação com a infância, quando a criança era vista, então, como ser um inocente, carente de cuidados. A história da organização escolar, assim, pode ser dividida em duas fases: a primeira em que a escola é governada pela igreja, até meados do século XVIII; e a segunda, quando tornou-se responsabilidade do Estado, condição que perdura até hoje. (NÓVOA, 1991).

No século XVIII, as escolas passaram para o comando do Estado a fim de que fossem atendidas as necessidades sociais, econômicas e de produção, visto que as classes trabalhadoras necessitavam cada vez mais de escolarização básica para desempenhar as atividades decorrentes dos novos postos de trabalho criados pelo crescente desenvolvimento econômico. Com o aumento do número de escolas, o Estado passou a ocupar o espaço da igreja e a educação sofreu um processo de estatização e institucionalização, se tornando acessível a todos os níveis sociais. Essa nova mudança na educação não se caracteriza pela transformação do sentimento de infância, mas sim por transformações nos currículos e uma estatização nos sistemas de ensino, principalmente na seleção dos docentes.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia, UEG – Unidade Universitária Itaberaí. dani\_hti@hotmail.com

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia, UEG – Unidade Universitária Itaberaí. jhulisantos-@hotmail.com)

<sup>3</sup> Prof. Ms. da UEG – Unidade Universitária de Itaberaí. prof.marciocastro.posgrad@hotmail.com

<sup>4</sup> Prof. Ms. da UEG – Unidade Universitária de Itaberaí. renato-gom@hotmail.com

Os docentes, durante a educação paroquialista, eram, em sua maioria, religiosos cujo comportamento deveria ser exemplar, o que tornava profissão de professor um exercício vocacional de fé. Embora já tivesse ocorrido a laicização do ensino, ainda era conveniente que os profissionais da educação continuassem a seguir o modelo eclesiástico, de acordo com o qual os docentes deveriam apresentar comportamentos e vida social imaculados, apresentando-se disponíveis e dedicados e oferecendo as crianças tudo aquilo que as famílias não lhes poderiam ensinar. Essa mudança de configuração do ensino significou para os docentes uma maior profissionalização, de acordo com Hypolito:

Em termos de trabalho docente, o movimento histórico de constituição de um sistema público em expansão, baseado em princípios liberais e laicos, em consonância com o desenvolvimento do capitalismo e do processo de industrialização e urbanização, significou de um lado a busca de profissionalização dos docentes; de outro, o controle por parte dos profissionais do ensino, com a consolidação do assalariamento e da funcionarização. (HYPOLITO, 1997, p.26).

Com a expansão da rede pública de ensino e com o aumento do número de professores, as diferenças entre o modelo eclesiástico e laico de educação se acentuaram, evidenciando cada vez mais a necessidade de profissionalização, pois, quanto mais os docentes se constituíam como uma categoria de profissionais assalariados, buscando se organizar sindicalmente e lutando por seus direitos, mais se afastavam do modelo eclesiástico, visto que a comunidade perdia o controle sobre o comportamento, conduta moral e sobre o conteúdo a ser ensinado. O Estado passou a visar esse distanciamento entre os profissionais da educação e as comunidades locais, formando um grupo de profissionais isolados e sob seu controle, sem, no entanto, desejar que eles perdessem, no que diz respeito ao empenho e à dedicação, as características ligadas às concepções de ensino religiosas.

Os docentes procuraram, então, se adequar a essa nova realidade porque ficava cada vez mais difícil exercer a profissão de forma autônoma, devido às crescentes exigências do Estado por profissionalização. O processo de funcionarização, assim, é resultado de um acordo no qual os docentes aderem ao Estado em troca de um estatuto que lhes garanta autonomia como corpo administrativo, o que garante ao Estado um maior controle sobre a escola. Este acordo foi ratificado pelo Estado com a criação de licenças, de cunho obrigatório, para ensinar. Essas licenças passaram a ser concedidas através da realização de concursos e de exames em que eram exigidas aptidões para o exercício da profissão. (HIPOLYTO, 1997; NÓVOA, 1991)

As mudanças ocorridas nas concepções de ensino, somadas à evolução do estatuto dos docentes primários e a criação das escolas normais, ocasionaram grandes transformações na carreira docente, principalmente no que diz respeito à profissionalização, além do aumento na crença da instrução como forma de promoção social, o que provocou um crescimento nas aspirações à carreira docente, vista, muitas vezes, como uma forma de melhorar condição social do indivíduo.

Em meados do século XIX, teve início o processo de feminização do corpo docente primário, principalmente no ocidente, o qual se desenvolveu em todo século XX. No Brasil, o processo de profissionalização docente e de desenvolvimento da escola foi semelhante ao que ocorreu em outros países, embora, aqui, tenha sido mais tardio em decorrência do nível de desenvolvimento econômico do país. Durante a década de 1930, o Brasil entrou definitivamente para o sistema capitalista de produção, o que permitiu um grande acúmulo de capital e gerou a exigência de mão-de-obra qualificada. Para atender a essa demanda, foi necessário investir na educação, o que gerou um grande número de escolas e contribuiu para que o professorado se tornasse uma categoria vasta e significativa.

Essas mudanças que ocorreram na educação transformaram profundamente a carreira docente, que se firmou como uma classe assalariada, que ainda hoje é desprestigiada socialmente, aspecto que está relacionado, em parte, com a feminização da profissão. Para compreender essas mudanças que contribuíram para a feminização da educação, é necessário levar em conta o estudo de questões de gênero. Deve-se, assim levar em conta questões sociais e relações de poder, que são baseadas na distinção entre os sexos que marcou profundamente a sociedade. É importante destacar que o aspecto biológico não é o suficiente para clarificar essas diferenças, pois a aceitação dos paradigmas positivistas e naturalista legitimaria a subordinação da mulher frente ao homem devido a sua constituição física.

Trabalhar gênero é entender que o modo de ser dos sexos é uma construção social, da mesma forma que a posição que a mulher ocupa na sociedade decorre do significado social que suas ações adquirem. A sociedade e o Estado são construtores dessas imagens e ideologias conforme as suas necessidades. Um claro exemplo disso são as ideologias e práticas que reafirmam a submissão feminina, fortalecendo o patriarcalismo e a ideia de um Estado forte constituído como masculino. (COSTA, 1995)

Um dos pioneiros a levantar as discussões sobre gênero foi o norte-americano Michael Apple (1995), que defendia a impossibilidade de compreender o trabalho docente sem as análises de gêneros aliadas as análises de classes e ensino.

Só podemos entender a razão pela qual os/as professores/as interpretavam o que estava lhes acontecendo como sendo a profissionalização de seu trabalho, se entendermos como a ideologia do profissionalismo, em educação, opera como parte tanto de uma dinâmica de classe quanto de uma dinâmica de gênero.

Assim, para compreender os motivos que contribuíram para a profissionalização e feminização se faz necessário agregar o estudo do gênero ao estudo das classes sociais e das raças. Uma vez, que contribuíra para que conheçamos melhor a relação da mulher com a educação e para entendermos os mecanismos e práticas que estão por trás da tendência “natural” das mulheres pela educação. De acordo com Hypolito (1997):

Dentre as características que permitiam o ingresso maciço das mulheres na profissão ou dentre as características femininas que se adequavam às da profissão podem ser destacadas: a proximidade das atividades do magistério com as exigidas para as funções de mãe; as “habilidades” femininas que permitiam um desempenho mais eficaz de uma profissão que tem como função cuidar de crianças; a possibilidade de compatibilização de horários entre o magistério e o trabalho doméstico, já que aquele pode ser realizado em um turno; a aceitação social para que as mulheres pudessem exercer essa profissão.

O trabalho docente foi encarado como aquele que permitiria sua compatibilização com os trabalhos domésticos, pois seu foco era o cuidar de crianças. Acrescente-se ainda o fato de que era um trabalho socialmente aceito para a mulher. Este conjunto de fatores fez com que o início do século XX fosse marcado pela massiva presença de mulheres neste campo de trabalho.

A feminização da educação no Brasil aconteceu também devido à expansão do campo educacional que necessitava cada vez mais de mão de obra, o que praticamente exigia a presença da mulher neste tipo de trabalho. Diante do grande número de profissionais que estavam surgindo, o Estado passou a remunerar cada vez pior seus funcionários, o que abriu espaço para as mulheres, pouco habituadas a relações contratuais e a aspectos da organização sindical bastante frágil. (COSTA, 1995)

É importante ressaltar que um dos motivos das mulheres buscarem o magistério, se não o mais importante, é o fato que elas precisavam trabalhar. Quando não o faziam por necessidades econômicas, buscavam o trabalho como forma de reconhecimento social que não era obtido com as atividades realizadas no lar. Mesmo mal remunerado, o magistério pagava melhor que outras atividades. (COSTA, 1995).

Os homens se afastaram da docência, especialmente da infantil, devido às crescentes exigências de aumento do currículo através de cursos de formação, e também

pelaimpossibilidade de conciliar o magistério com outras profissões. Somando-se a isso o fato de o magistério ser uma profissão mal remunerada e durante, no século XX o país passou por grandes transformações econômicas e industriais que abriram novos campos para a profissão masculina, especialmente as que remuneravam melhor.

É necessário relatar que essa feminização da educação se processou mais nos níveis infantis e básicos da educação, e mais nas áreas humanas do que nas científicas. Dentro da escola, pode-se acrescentar, os homens ocupam a maioria dos cargos de direção e administração sendo as mulheres que executam os trabalhos em sala de aula. (APPLE, 1995 e COSTA, 1995).

### **Conclusões provisórias**

Quando o sistema capitalista passou a realizar inúmeras transformações no mundo do trabalho, as mulheres tiveram que sair do reduto doméstico e buscar novas profissões. Mais uma vez, o magistério se mostrou como uma profissão perfeita, pois permitia que as mulheres continuassem a exercer sua função materna, ao mesmo tempo em que estariam protegidas dos perigos do mundo, principalmente do contato com os outros sexos.

A atividade docente sempre foi e continua tão impregnada de preceitos e conceitos considerados femininos, como afetividade, subordinação e ordem, que, mesmo quando realizada por homens, acaba por assumir esses contornos ditos femininos. Provavelmente isso colaborou para a redução cada vez maior do número de homens na profissão, visto que os homens que a procuravam eram são considerados pouco masculinos ou até afeminados pela sociedade, que esperava que estes cargos sejam ocupados por mulheres e que os homens procurem empregos com uma melhor remuneração. (COSTA, 1995).

Atualmente, o trabalho docente está se configurando sobre novos paradigmas que não consideram a profissão privilégio feminino, pois não vigora mais a concepção de que a qualidade do intelecto está relacionada ao gênero. Pode-se dizer, no entanto, que muitas dessas novas concepções que consideram o homem e outras diversidades sexuais aptas ao trabalho docente ainda se restringem ao discurso formal, uma vez que a sociedade espera por professoras, sobretudo quando se trata da educação de crianças pequenas.

A feminização da educação possibilitou mudanças profundas na profissão e a inserção de novos atributos como afetividade, vocação, dedicação, o que também é praticado por homens que exerceram e exercem essa profissão. É importante ressaltar também que a

conquista da docência pelas mulheres se processou através da vontade feminina de educar, aliada à competência técnica exigida e com a experiência em cuidar de crianças.

O trabalho docente é uma profissão marcada por grandes transformações de gênero e vem sendo socialmente construído, não existindo ainda estudos capazes de defender uma posição universal sobre as implicações femininas na docência. Nem se espera que esta profissão seja homogênea, justamente porque vem carregada de relações de poder, tradições e influências que, no futuro, não podem vir a ter o mesmo valor que no presente.

Neste sentido, faz-se importante para uma melhor compreensão do trabalho docente, como ainda hoje um trabalho profundamente feminino especialmente no trato com crianças, entender suas reais condições no mundo moderno.

## Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

APPLE, Michael. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a História das rupturas**. Disponível em <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2012

COSTA, Marisa Cristina Vorraber. **Trabalho docente e profissionalismo**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

NOVAES, Maria Eliana. **Professora primária: mestra ou tia**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

NOVÓIA, António. **Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente**. In: Revista Teoria e Educação “Dossiê: interpretando o trabalho docente”, Porto Alegre, n.4, 1991.